

IBERISMO E PLASTICIDADE – UMA AVENTURA DISCIPLINADORA DE RACIONALIZAÇÃO ADAPTATIVA AO MUNDO

Lucas Cid GIGANTE¹

■ **RESUMO:** Em *Raízes do Brasil*, Holanda associa o Iberismo e o personalismo com a adaptação plástica às condições locais. Marco do tradicional, o iberismo representaria um obstáculo à modernização brasileira e as relações pessoais, por sua vez, um obstáculo à racionalização e impessoalidade das instituições. Entretanto, utilizando Max Weber, a questão do personalismo e a adaptação plástica às circunstâncias locais podem ser entendidas como um fator de modernização presente no processo de colonização e expansão para o oeste. Em *Caminhos e fronteiras* há inúmeros exemplos de adaptação, formas de racionalização singularmente aplicadas ao caso brasileiro. Aqui a adaptação teria significado um tipo de domínio racional de técnicas, constituindo uma dominação racional do mundo inspirada não religiosamente, mas sim pela incorporação e adaptação de conhecimentos, sabedorias e técnicas indígenas na tarefa da colonização em São Paulo, com as bandeiras.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Iberismo. Processo de racionalização. Max Weber. Expansão para o Oeste. Bandeirantes.

O conjunto de características presente na definição do Iberismo como forma de colonização será aqui objeto de nossa atenção, principalmente os qualificativos aventura e ousadia, adaptação e plasticidade que, entre outros, integram a sua composição. Realizaremos um diálogo com duas obras de Sérgio Buarque de Holanda (1969, 1994, 1995), *Raízes do Brasil* e *Caminhos e Fronteiras*, nas quais os qualificativos acima se apresentam como intrínsecos à tarefa da colonização: o colono europeu e, especificamente, o mameluco da capitania de Piratininga, que se adapta a novas

¹ Doutorando em Sociologia. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Araraquara - SP - Brasil. 14.800-901 - lucascidgigante@hotmail.com. Pesquisa financiada pela FAPESP.

e radicais condições de existência – marcadas pelos caminhos encravados nas expedições exploratórias no meio do mato –, operam a elementar sobrevivência num meio inóspito, e com isso, põem à prova o próprio prosseguimento da colonização. A adaptação demarca a transigência a toda uma série de hábitos e técnicas indígenas, a começar pelo aprendizado de sua sensibilidade, de sua capacidade de observar a natureza, tecendo esquemas de uma casuística do concreto e de sua sistematização utilitária, até mesmo esquemas cartográficos de abstração do espaço. São dimensões que apontam e implicam uma disciplina e uma racionalização dos sentidos, somente conquistadas na situação de contato direto e errante com o meio natural. Por sua vez, aventura significa a capacidade de suportar esse ambiente de novidade inóspita, de abandonar em parte, quando não totalmente, os hábitos de vida sedentários na segurança que isto implica e de aderir a uma vida andante e móvel. Isto significa treinar os sentidos e aprender a ler os sinais da natureza / qualidades requeridas para homens que se tornaram nômades.

Com base nestes dados, gostaríamos de enfatizar sua presença na tarefa da colonização. Trata-se de um processo histórico caracterizado pela violenta ocupação e espoliação dos habitantes nativos e das riquezas aqui presentes, pela posterior escravidão dos negros trazidos da África e pela vigência de todo tipo de extração e exploração possível, o que Marx aponta como instâncias intrínsecas à acumulação primitiva de capital, dimensão conhecida e tracejada por nossa historiografia, e que possui como uma de suas referências clássicas o debate acerca do “sentido da colonização”. Este processo é marcado, por fim, numa dimensão pouco explorada que gostaríamos de enfatizar, **pela apropriação e incorporação de conhecimentos e técnicas indígenas**, acumulados durante grande extensão de tempo, por parte do colonizador. Portanto, o colonizador e a obra da colonização seriam o resultado da adaptação à experiência do colonizado.

Iberismo: aventura de adaptação

Nosso ponto de partida está num tema lançado em *Raízes do Brasil*, que consiste numa tentativa de apreensão de nossa tradição cultural. Que tipo de qualificação Sérgio Buarque de Holanda constrói para a tradição presente em nossa colonização?

Que elementos ele ressalta para definir a matriz ibérica? A caracterização desta matriz é perpassada pela adaptação às circunstâncias externas, dimensão revelada no próprio eixo litorâneo da colonização da fase do açúcar. Eixo que tinha na serra do mar um obstáculo intransponível e indesejável, já que a exploração açucareira e seu transporte marítimo estavam facilmente adaptáveis nos limites litorâneos. Princípio de instalação rústica de adaptação ao natural, que formata de fora para dentro a ação colonizadora, e revela sua dimensão de plasticidade em relação aos meios exteriores. O exame da forma da organização espacial também possibilita o entendimento da adaptação como predomínio do exterior sobre o interior. O espírito e a ação dos portugueses na construção das cidades acompanham as formas de relevo naturais, se deslizam por entre seus contornos e se desmancham na paisagem natural cortada pelas montanhas esverdeadas da serra do mar. Aí se encontra a idéia do semeador de feitorias litorâneas. Os ibéricos portugueses seriam semeadores de cidades irregulares, que não contradizem a natureza, mas se misturam à paisagem.

Esta atividade interventora, adaptada à natureza e seguindo suas formas, é marcada pelo desleixo e abandono, sendo contraposta à herança espanhola de edificação das cidades. Esta teria no primado da ordenação racional da linha reta e da repetição de padrões geométricos, que combinam retângulos com um círculo central, um princípio imposto aos formatos de relevo do local escolhido para sua construção. Partindo necessariamente de um centro saem linhas que estruturam a construção da cidade num plano padronizado e regular, numa racionalização espacial que nega o relevo local e que impõe este princípio interno de abstração matemática para o exterior. Este ideal de pensamento e ação revela um fluxo em que o interior do intelecto predomina sobre o exterior. Os portugueses se adaptariam ao espaço semeando cidades, como uma árvore que lança suas sementes ao vento, prontas a se tornarem novas árvores no lugar em que caírem. A combinação do vento com o relevo é deixada ao acaso, é imprevisível. Já os espanhóis negariam o espaço, fazendo deste um prolongamento da metrópole. Neste sentido, a ação colonizadora destes entranhou-se no interior do continente e recriou na colônia instituições sociais importantes no que se refere à manutenção do cosmos cultural, como as universidades.

Outro princípio da colonização ibérica, este mais voltado para a mentalidade e a ética, encontra-se na idéia de cordialidade, um dos temas que estruturam *Raízes*. Os ibéricos seriam homens que buscam o capricho, a valorização da pessoa e dos laços subjetivos numa aversão à distância impessoal das relações sociais e numa rejeição das normas impessoais universais. Neste sentido, o personalismo e a cordialidade são apontados como elementos regentes das relações sociais a partir do predomínio da família e das relações pessoais e afetivas, e tem nas categorias de parentesco, de vizinhança e de amizade o curso do sentido das relações sociais, o que, circunscrito na terminologia de Tönnies, perpassa a esfera das comunidades de sangue, de lugar e de espírito como predominantes. Tal dimensão cria um obstáculo à ética impessoal de indivíduos e funções e à separação entre as esferas do público e do privado. Há uma extensão desta lógica familiar para o domínio público. Mais do que isso, a gestão do Estado possui uma orientação patrimonialista, na qual há uma posse privada para fins privados dos meios de gestão do Estado, que não segue critérios meritocráticos de seleção dos ocupantes de cargos públicos, típicos do funcionalismo burocrático.

No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nestes interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre estes círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força [...] por excelência dos chamados "contatos primários", dos laços de sangue e coração [...] em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. (HOLLANDA, 1995, p.146).

Esta passagem lembra-nos a sátira *Os bruzundangas*, de Lima Barreto (1998), quando este ironiza a nobreza doutoral de um país imaginário, composta pelos filhos das elites rurais no momento de urbanização, que se tornam médicos, advogados, engenheiros ou ocupantes de cargos públicos – de deputados a delegados. Não se trata apenas de descrever sua localização elitista e sua orientação de *status* social a partir do costume dos anéis que simbolizavam o pertencimento a tais e tais profissões

doutorais. Nem, tampouco, de recuperar estes sinais de prestígio disseminados na bruzundanga a partir da reverência simbólica aos doutores, sobretudo de seus populares que os reverenciam como superiores. Trata-se, no caso específico de parte da nobreza doutoral composta pelos ocupantes de cargos públicos, de ironizar os critérios de sua seleção, quais sejam: a origem social por indicação direta e jamais a competência. Em alguns momentos, Lima Barreto chega ao ápice da sátira ao afirmar que estes costumes da bruzundanga se parecem muito com o Brasil.

Voltando a Sérgio Buarque de Holanda, a mentalidade cordial se faria segundo uma mentalidade aparente num individualismo de relutância à lei, sendo que “[...] foi essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles [os ibéricos], ao espírito de organização espontânea tão característico dos povos protestantes, e, sobretudo dos calvinistas”. Este é o termo comparativo que se organiza na antítese trabalho e aventura, claramente inspirado na leitura de Weber. Os ibéricos almejavam a riqueza e a buscavam com a ousadia e com a perspectiva de ganhos rápidos, frutos preciosos colhidos rapidamente e não por meio do trabalho regular e metódico, organizado por um cálculo e concretizado na regularidade da ação.

Aqui reaparece a oposição interior *versus* exterior. Para esclarecê-la, é necessário que nos detenhamos com mais detalhes na oposição entre trabalho e aventura. O aventureiro prende-se no imediatismo de seus empreendimentos, se fixa nos proventos que deles puder tirar rapidamente, é audacioso, imprevidente e instável; tem nestas qualidades o princípio de que as circunstâncias fazem a ação, o exterior modela a ação, de fora para dentro. O trabalhador visa à estabilidade e à segurança fornecidos pela constância, ele é, ao contrário do primeiro, contido, previdente e estável; tem nestas qualidades um princípio que se impõe ao exterior e modela sua ação. Recuperando um tema universal, mais próximo da visão de Maquiavel, o acaso lança sua força sobre os homens e estes têm que superar esta dimensão do incontrolável e imprevisível, lidando com a sua fortuna. O aventureiro lida com o acaso sendo audacioso, apostando na sorte, encarando os riscos como inevitáveis, lançando-se para a conquista ou a morte; supera o sentimento de medo. O trabalhador lida com o acaso tentando impor sobre ele a segurança e o planejamento do futuro, contém-se e modera-se para neutralizar os riscos da fortuna; uti-

liza o sentimento do medo e o torna proteção. O primeiro se fixa no presente e o segundo se projeta no futuro.

“Na Ibéria está ausente esta racionalização e moral do trabalho, da gente hispânica que repudia a atividade utilitária, sendo que se cultua mais o ócio do que o negócio, mais o amor e a contemplação do que a atividade produtora” (HOLANDA, 1969, p.10). O tipo de atividade exploratória do português nestas terras estaria ligado à busca de uma “[...] riqueza que custa ousadia, não uma riqueza que custa trabalho, numa atração para as glórias da guerra e da conquista” (HOLANDA, 1969, p.18). Recuperando a influência de Weber, a ética do trabalho coloca-se como um ideal subjetivo, sintetiza um valor que orienta a capacidade e a vontade de assumir uma posição perante o mundo e de lhe conferir um sentido, formando integralmente a personalidade. Por isso, para retomar o trabalhador, agora com o viés protestante, o interior se impõe ao exterior. O protestantismo ascético, sobretudo o Calvinismo, quando visto a partir das conseqüências psicológicas estimuladas em seus portadores, implica na formação de um caráter global, qualificado pelos princípios éticos de constância, disciplina, rigor, domínio de si e domínio dos impulsos afetivos e das pulsões. Tais qualidades morais formam uma conduta de vida, um *habitus* global da personalidade, afirma Weber (2004).

Nesta perspectiva, temos uma caracterização do tipo de colonização ibérica, a partir da ênfase em sua mentalidade e ética, sendo contraposta em nível de tipos ideais (trabalho e aventura) à colonização anglo-saxônica, sobretudo na referência ao protestantismo e sua valorização do trabalho. Não somente esta dicotomia, como também as anteriores, constroi o iberismo como um pólo de obstáculos à modernização do país, obstáculos que manifestam as múltiplas faces da tradição. Neste momento apresentamos uma idéia paralela deste trabalho: a explicação do atraso brasileiro pode ser feita a partir de um condicionante ético-religioso, numa contraposição de distintas formas de colonização a partir de distintas heranças religiosas e culturais. Este teria sido um tema marcante da incorporação de Weber no Brasil (VIANNA, 1999), como veremos a frente. Este modelo explicativo pode ser denominado culturalista por enfatizar, dentre o jogo de condicionantes, a esfera ética da mentalidade religiosa e por se contrapor a modalidades de explicação que tomam por base as distintas formas de colonização como povoamento e exploração, os efeitos deletérios da acumulação primitiva de capitais e da escravidão

em nosso caso, e da prematura acumulação de capitais nos Estados Unidos (FERNANDES, 1981).

Uma construção que pode engendrar uma explicação para o atraso brasileiro, tema presente em *Raízes do Brasil*, na medida em que valoriza a

[...] singularidade ética modelar e exemplar do ocidente protestante: a precedência do interesse de longo prazo sobre o de curto prazo, a importância do controle dos afetos e as vantagens da cooperação social sobre o personalismo. Essa superioridade de 'mentalidade social' é acrescida e associada – no belo capítulo 'Homem cordial', central para toda a argumentação do livro – a uma teoria da personalidade. (SOUZA, 1999, p.33).

Nosso atraso decorreria da influência deste condicionante cultural ético-religioso, mais específico em contraposição às distintas formas de colonização a partir de distintas heranças religiosas e culturais. O problema do caso brasileiro estaria em ter sido colonizado por uma herança religiosa e cultural "negativa". Neste ponto:

Apenas o homem cordial é concebido como *negatividade pura*, entidade amorfa dominada pelo conteúdo emotivo imediato e pela necessidade desmedida de reconhecimento alheio. Como resultado – daí a caractereologia do homem cordial ser a essência do livro – não termos aqui nem mercado nem democracia digna desse nome. (SOUZA, 1999, p.35, grifo nosso).

Entretanto, voltando ao nosso foco, gostaríamos de retomar a idéia de aventura. Como este tipo abstrato é definido? A aventura, de forma preliminar, significa a busca de experiências e da acomodação no provisório; no senso de descoberta, na andante irregularidade do movimento; no apego às conquistas e na realização de fortunas rápidas; na dispensa do trabalho regular. Trata-se de um tipo de vida nômade e irregular personificado no colonizador. Em resumo, trata-se de mobilidade. O aventureiro, neste ponto, teria horizontes distantes e sempre em fuga, típico de alguém que não se fixa em lugares definitivos, mas sempre muda de morada. É alguém que abandona hábitos sedentários, como a fixidez da moradia, a agricultura e a criação de animais em escala razoável, e passa a dormir em acampamentos improvisados ao fim das jornadas diárias, em que coleta direto da natureza os recursos necessários, quando os encontra. Trata-se, diz Holanda

(1969, p.14), de uma concepção de mundo obrigatoriamente “[...] espaçosa [...] do desejo de novas sensações”, pautada pela audácia, pelo “apetite de grandes vôos”.

Neste momento, já se torna evidente o papel desta orientação aventureira por parte do colonizador ibérico, trata-se da capacidade de suportar condições de vida em muito diferentes das encontradas na metrópole. Trata-se de, em nível elementar, sobreviver nos trópicos. De sobreviver para colonizar, para não esquecermos o sentido da colonização. Colonizador que é intrinsecamente o andante desbravador e explorador natural e humano.

E o que dizer de outro qualificativo do iberismo, a adaptação ou plasticidade? A primeira coisa a dizer é sobre o caráter mestiço do ibérico, numa junção histórica com os Árabes da Península Ibérica anterior às Cruzadas. Não somente em nível de miscigenação, mas, sobretudo, cultural e tecnicamente. Os árabes possuíam, no século XV, conhecimentos de navegação oriundos da utilização de lentes e de sua astronomia observacional (Lippershei, o holandês que recria o telescópio, utilizou lentes somente em 1608; o telescópio de Galileu é de 1610). Seus feitos na observação celeste somente foram iguados pelo dinamarquês Ticho Brahe, um século depois. O astrolábio, o quadrante e o sextante, como guias de localização a partir do ângulo de incidência da imagem das estrelas num arco, tornam-se os melhores meios de traçar rotas lineares no mar. Enfim, sem esta adaptação a estes avanços formidáveis, avanços mouros, não seria possível esta aventura no Atlântico. Indicando a questão, a adaptação, “[...] favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa” (HOLANDA, 1969, p.16).

No nível aparente, estas seriam características negativas, sobretudo através de sua comparação com o ladrilhador espanhol, com suas cidades geométricas, ordenadas e racionais, como extensão da metrópole. Entretanto, este rumo adaptativo do “aventureiro” ibérico significa incorporação do que é útil, sobretudo das técnicas.

Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra “[...] aos índios tomaram ainda instrumentos da caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado [...] o modo de cultivar a terra.” (HOLANDA, 1969, p.16). Este é o “chão e tosco realismo” de aceitação e adaptação da vida como ela é. Esta é a “

consistência do couro” dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio (HOLANDA, 1994), passagem conhecida de “Monções”, retomada posteriormente em *Caminhos e fronteiras*.

Bandeirantes: aventura de adaptação em São Paulo

Isto que chamamos aventura de adaptação, designada como a incorporação do que é útil, está presente no âmbito geral da colonização portuguesa e, dada sua extensão posterior, mantém-se na configuração de um “povo novo, síntese de várias influências”, para utilizar o termo de Darcy Ribeiro. Sua “[...] vocação estaria no caminho, que convida ao movimento; não na grande propriedade que forma indivíduos sedentários” (HOLANDA, 1994, p.09). Este povo novo é o mameluco, mistura de branco com índio, que resultou nos sertanistas como elemento humano que levou a cabo as bandeiras, nesta orientação de expansão ao interior, ao oeste, neste espaço singular encravado na capitania de Piratininga, que mais tarde tornar-se-ia o estado de São Paulo. O mameluco bandeirante, aliás, é uma figura bem típica da síntese de civilizações. Na aproximação de Sérgio, estes “[...] audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riqueza, foram, antes de mais, puros aventureiros, e só quando as circunstâncias os forçavam se faziam colonos” (HOLANDA, 1969, p.68). Neste sentido, seguiram a cabo o projeto colonizador, o princípio secular da conquista colonial. Este é o lado branco do mameluco, não porque isso emerge de sua “natureza branca”, e sim do sentido da personificação de um agente historicamente situado enquanto colonizador: farejadores de caça e da exploração de riquezas e caçadores de índios – na maioria dos casos – sua mão de obra forçada. Este lado já é bem conhecido. No entanto, o caráter errante de suas vidas, que leva-os a repudiar o sedentarismo, provém do *ethos* ameríndio. Mais do que isso, dos ameríndios provém o desenvolvimento de um *sensorium* de racionalização dos sentidos para a observação e utilização de potenciais naturais que se encontram subdesenvolvidos na sensibilidade voltada à natureza por parte dos civilizados.

Em outras palavras, o homem civilizado não se vira na selva, necessita se adaptar, o que requer, por sua vez, tempo e aprendizado. Já o homem ameríndio tem extrema familiaridade com o

meio natural, além de possuir uma sensibilidade para interpretar e explicar o que ocorre nos matos e caminhos, que é decorrente de qualidades teóricas e práticas das quais os habitantes dos meios urbanos estão desprovidos. Feita esta caracterização, emerge a grande questão que propomos ao nosso debate: de que maneiras a adaptação ibérica se torna útil à tarefa da colonização?

Neste momento cabe um comentário quanto à estrutura de *Caminhos e fronteiras*. A organização dos capítulos do livro é uma classificação das diferentes esferas de adaptação aos conhecimentos e técnicas ameríndios, cada qual necessária, e isto é fundamental, para as expedições bandeirantes rumo ao interior do Brasil, sobretudo na porção do que hoje chamamos de região sudeste e centro oeste. Nesta altura temos uma inversão interpretativa a respeito da idéia de adaptação. Ela perde o viés de obstáculo à modernização, de pólo negativo que é revestida naqueles que a tomam como expressão do abraso brasileiro. A adaptação torna-se sinônimo de um tipo incipiente e singular de modernização. Sendo assim, a pergunta que temos que fazer ao tomar conhecimento desta obra é: quais elementos – conhecimentos e técnicas – os sertanistas adaptaram a partir do contato com os ameríndios, sobretudo os Tupis? Como caracterizar este novo *sensorium* de observação e ação direta em meios naturais inóspitos?

Holanda começa com a elementar necessidade de localização e orientação no espaço. Como seguir caminhos e se transportar por eles num meio acidentado e irregular? Num vasto território, com seus obstáculos naturais, os caminhos abertos pelos nativos foram os primeiros guias de movimentação. E o caminho não é somente o ato de seguir uma trilha aberta no chão ou selva. É o ato de se orientar num terreno desprovido de referências claras, mas somente acessíveis à capacidade de observar sutilezas. Esta orientação pode ser obtida seguindo-se o curso de um rio e o relacionando com os pontos cardeais; orientando-se a partir da posição do sol, fazendo da projeção de sua sombra uma bússola natural; de noite, a partir da observação de estrelas e constelações, bem conhecidas de tribos brasileiras e bem relacionadas com os pontos cardeais (existem etnografias contemporâneas que dão conta dos universos particulares de constelações ameríndias e da sua relação com sua cosmologia, seus mitos); pela sutil marcação da vereda com galhos de árvores quebrados ou fincados no chão. Em inúmeras referências, o traçado de rotas de

comércio que ligam São Paulo às Minas Gerais, como também à Mato Grosso, ao alto São Francisco, segue veredas abertas por indígenas (HOLANDA, 1994). O mesmo vale para o caminho de subida da serra que passa pelo que hoje é Cubatão; o aproveitamento da antiga vereda transcorrida a pé, que levava quatro horas de Cubatão até o pé da serra, mais tarde se tornou o caminho de escoamento da produção de café no lombo de mulas e que posteriormente foi calçado.

Nas referências para se locomover, a orientação a olho nu a partir de qualquer objeto celeste segue o mesmo princípio dos quadrantes e sextantes europeus, com a diferença de que o ponto de referência para ser comparado com a posição dos astros são os elementos naturais encravados na terra, como uma árvore ou uma montanha e não o círculo ou arco dos quadrantes. Outra referência para a locomoção encontra-se em mapas traçados pelos nativos, às vezes feitos no chão, o que revela uma cartografia representada em esboços ou desenhos onde existe um “[...] aproveitamento da experiência anterior, em esquemas onde tudo visa ao útil [...] uma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração” (HOLANDA, 1994, p.24), detalhes que sinalizam caminhos, desvio de obstáculos naturais, pontos seguros de descanso e pernoite, locais de abastecimento de suprimentos, água, comida, etc.

Em se tratando da ausência de fixidez, o que impede a criação de animais ou as práticas de agricultura, bem como da impossibilidade de estocar alimentos – o que prejudicaria ou impediria a marcha –, a adaptação às técnicas de caça é fundamental. Isso se deu, sobretudo, na utilização de armas como o arco e flecha e as lanças, mais silenciosos. As armas que trouxe consigo da Europa, armas de fogo como a escopeta, além de gerarem um grande estampido quando ativadas, são de difícil manuseio, o tempo levado para recarregar é o mesmo que se utiliza para disparar quatro flechas e, neste tempo, se o primeiro tiro passa reto, o animal foge à boa distância. Também relacionado com a impossibilidade de carregar grandes quantidades de água, está a capacidade de sua localização quando da travessia de regiões secas, a partir de técnicas como a localização de determinadas raízes que armazenam embaixo da terra (umbuzeiro), em caules, cipós ou frutos de certas árvores. Ou mesmo a capacidade de percepção da direção de determinada fonte d’água a partir da sensação de umidade do ar e da direção que provém. O que seria de uma expedição cujo

colonizador se encontrasse desidratado? Isso explica porque, no mais das vezes, os caminhos e expedições acompanhavam os vales, próximos das nascentes, quando não, o curso de grandes rios como o Tietê, o Paraná e o Grande. Não haverá uma razão que provém das expedições para a posterior divisão entre São Paulo e Minas Gerais, cuja fronteira localiza-se precisamente no Rio Grande, ou a divisão entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, cuja fronteira localiza-se em parte no Rio Paraná?

Existem outras dimensões deste processo de adaptação, que pode ser pensado como sincretismo cultural. E nosso foco é ressaltar os elementos da cultura material ameríndia que foram apropriados na ação cotidiana dos sertanistas. A construção de canoas a partir de métodos indígenas, cavando o tronco de uma árvore espessa com ferramentas manuais de corte; os tipos de tear e técnicas de fiação e tecelagem; o hábito de dormir em redes; a construção de casas arejadas, abertas, a alimentação; a medicina natural: aos seus mais variados recursos curativos ou preventivos, desde males físicos corriqueiros, picadas de insetos, cobras, ou males “espirituais”.

Estes exemplos de adaptação compõem a cultura material, forma mais evidente porque externa. E no que se refere a uma dimensão mais íntima, isto é, mais passível de se localizar numa dimensão do próprio uso corporal? Recuperamos aqui um detalhe historiográfico sinalizado por Holanda: o jeito de caminhar, alinhando os pés para frente e não para o lado de fora, o que permite maior distribuição do peso do corpo e menor desgaste das articulações, refletindo-se num tempo maior de marcha. Isto é claramente uma técnica corporal, tal como expresso por Mauss (2003), como um ato tradicional eficaz que é sentido como de ordem mecânica, entretanto, possui a importante dimensão de ser apreendido, construído, não sendo um uso natural e fisiológico. É importante recuperarmos o conceito de *habitus*. Ele “[...] exprime, infinitamente melhor do que ‘hábito’, a ‘*exis*’ [hexis], o ‘adquirido’ e a ‘faculdade’ de Aristóteles [...]. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição” (MAUSS, 2003, p. 404).

Trata-se de um complexo não só de conhecimentos, hábitos e técnicas materiais, mas de habilidades e técnicas corporais interiorizadas de matriz indígena. Além disso, outra dimensão mais íntima da adaptação encontra-se na construção de uma sensibilidade:

Em lugar de ser um simples escravo de suas aptidões naturais, dos cinco sentidos, que tinha excepcionalmente apurados, o índio tornava-se, assim, o senhor de um admirável instrumento para triunfar sobre as condições mais penosas e hostis. Podia *disciplinar* muitas daquelas aptidões; criar e recriar mil e um recursos adequados a cada situação nova, sujeitar-se, onde fossem necessários, a comportamentos que lhe garantissem meios de subsistência (HOLANDA, 1994, p.25, grifo nosso).

Exercício dos sentidos, disciplinamento dos sentidos, como o ato de marcar o caminho quebrado com galhos das árvores quando em mata, ou fincando-os no chão quando em terreno aberto; a visão apurada que permite seguir o vôo de uma abelha e localizar a colméia, observação às vezes feita em plena marcha, sobre um cavalo; a capacidade de localizar a presença de nascentes pelo cheiro ou umidade do ar; a faculdade de ler pegadas no chão e deduzir a direção do caminhante, se branco ou índio. Como afirma Ginzburg (1989, p.151):

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou de uma clareira cheia de ciladas.

Todos estes sinais compõem um “[...] rústico alfabeto, unicamente acessível a indivíduos educados na existência andeja do sertanista, requer qualidades pessoais que dificilmente se improvisam” (HOLANDA, 1994, p.20-21). Numa belíssima passagem, afirma Leví-Strauss (1989, p.29-30):

Cada uma dessas técnicas supõe séculos de observação ativa e metódica, hipóteses ousadas e controladas, a fim de rejeitá-las ou confirmá-las através de experiências incansavelmente repetidas. [...] Para transformar uma erva silvestre em planta cultivada, uma besta selvagem em animal doméstico, para fazer aparecer em uma ou outra propriedades alimentares ou tecnológicas que, em sua origem estavam completamente ausentes ou apenas suspeitadas; [...] para elaborar técnicas, muitas vezes longas e complexas, que permitem cultivar sem terra ou sem água; para transformar grãos ou raízes

tóxicas em alimentos ou ainda utilizar esta toxidade para a caça, a guerra ou o ritual, não duvidemos de que foi necessária uma atitude de espírito verdadeiramente científico, uma curiosidade assídua e sempre alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma pequena fração das observações e experiências [...] podia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis.

Um treino dos sentidos voltado para a leitura da natureza, para a interpretação de seus códigos, sabedoria de usos e praticidades dos elementos naturais. Um treino que se eleva a um nível de complexidade paralelo ao nosso treino dos sentidos, este mais voltado para abstrações intelectuais a partir de dados da empiria, da prática de construção de conceitos sistematizados em corpos intelectuais presentes nas ciências, ou na música orquestrada, ambas utilizando-se de formas lógicas de sustentação – sejam os conceitos, as definições e a demonstração para as ciências, seja a partitura para a música. Já para a sabedoria indígena, trata-se de uma racionalização de um universo empírico, duma coleta enciclopédica do que pode ser encontrado e utilizado, da alimentação ao uso medicinal. Trata-se de um conhecimento casuístico, um empirismo baconiano no sentido filosófico ocidental – dado que opera classificações complexas do que se apresenta imediatamente como uma barafunda de elementos naturais. Afinal, “[...] toda classificação é superior ao caos, e mesmo uma classificação ao nível das propriedades sensíveis é uma etapa em direção a uma ordem racional” (LEVÍ-STRAUSS, 1989, p.30-31) Trata-se de um conhecimento que ordena os elementos em forma de causalidade, onde mesmo que

[...] não haja ligação necessária entre as qualidades sensíveis e as propriedades, existe pelo menos uma relação num grande número de casos, e a generalização desta relação, mesmo sem base na razão, pode, durante muito tempo, ser uma operação teórica e praticamente satisfatória.

Trata-se de uma racionalização adaptativa que educa os sentidos. Em outras palavras, o que temos aqui é **um trabalho cognitivo de ordenação do mundo que organiza a sensibilidade**. E organizar os sentidos significa operar classificações casuísticas – um saber de como as coisas afetam umas às outras – e organizar estes saberes em um corpo teórico sistemático.

Racionalização adaptativa: uma aventura disciplinadora

No começo de nossa discussão trouxemos o viés negativo tecido em torno do caráter de adaptação e plasticidade às condições externas presente na matriz ibérica portuguesa de colonização, o que alimentou o tema do atraso brasileiro a partir da herança cultural deixada para nós, marcada geneticamente pelo tradicionalismo, sobretudo quando cristalizado numa cultura política personalista e numa atitude patrimonialista de uso e ocupação do Estado. A cordialidade, nestes cenários, se reveste deste viés negativo. Aliás, o iberismo tem nestes elementos o peso de maldição com o qual sempre foi associado à tradição, derivando categorias de obstáculo à modernidade: a cordialidade política; o patrimonialismo e o continuísmo da herança rural; o amor ao luxo, à ostentação e aos gozos imediatos; o familismo que interpõe a pessoa ao indivíduo moderno e que emperra a realização dos direitos impessoais. Esta é uma interpretação possível de *Raízes*, lançada por Werneck Vianna (1999) e continuada por Jessé Souza (1999). Vimos a oposição ao tipo de mentalidade protestante, numa referência aos trabalhos de Max Weber. Com mais detalhes:

Uma leitura atenta da caractereologia do homem cordial permite deduzir que, ele sim, é, na verdade, *o inverso perfeito do protestante ascético como definido por Max Weber*. O homem cordial é a ausência pura de personalidade por excelência, no sentido de que o contraponto implícito na cabeça de Sérgio Buarque, leitor da obra weberiana de primeira hora, é a personalidade por excelência para Weber: o protestante ascético. (SOUZA, 1999, p.35, grifo nosso).

Neste ponto “[...] nossa tradição cultural seria ‘individualista amoral’, incapaz de superar o imediatismo emocional que caracteriza as relações sociais dos grupos primários como a família” (SOUZA, 1999, p.33). Aí estaria nossa dificuldade de instauração da impessoalidade necessária ao funcionamento das instituições políticas racional-legais. Desta forma, “[...] o homem cordial se assemelharia, mais do que se contraporía, ao confuciano, definido por Weber como sendo a oposição mais perfeita ao protestante asceta, dada a determinação externa e tradicional de seu comportamento” (SOUZA, 1999, p.35). Vejamos porque “adaptação” ressoa como negativo, como obstáculo à modernização.

A referência teórica encontra-se na Sociologia da Religião weberiana. Nela, o que importa é o aspecto ético motivado pela religião, sobretudo o aspecto ético naquilo que pode representar ora obstáculo ora alavanca espiritual para a racionalização econômica típica do ocidente. Sendo assim:

Em lugar de submeter a pré-história do Ocidente à regra de uma lei necessária, ou de um *telos* que prescreva imperativamente seu curso, esta hipótese conduz a tratar esta pré-história sob as categorias do *obstáculo*, do desenvolvimento impedido. Os traços distintivos das civilizações e sociedades não ocidentais (ou pré-modernas) são postos, então, como simples *negativos* daqueles da modernidade ocidental: todo o seu sentido e interesse repousam nesta negação. (COLLIOT THÉLÈNE, 1995, p.76, grifo nosso).

Neste sentido, após o estudo empírico de cada religião, Weber elabora para ela um respectivo tipo ideal de conduta econômica. O tipo ideal que nos importa é o de adaptação ao mundo do confuciano chinês, que é da categoria obstáculo espiritual (*Anpassung an die Welt*). Vimos que Jessé Souza associa a adaptação confuciana à adaptação presente no iberismo, sendo que ambas são diametralmente opostas à dominação racional do mundo do protestantismo ascético. Porque a adaptação ao mundo confuciana é um obstáculo à racionalização e à modernização? Porque é ligada umbilicalmente à tradição. O conceito de “adaptação-ao-mundo” (*Anpassung an die Welt*), a partir do termo “adaptação”, nos coloca uma ética marcada pelo tradicionalismo rígido e pela acomodação em relação a uma determinada ordem social existente. Este conceito foi forjado no exame do Confucionismo chinês, uma religião caracterizada por ritualismos mágicos, crença em espíritos e tabus invioláveis; ausência de necessidade de salvação; substituição de uma ética por uma doutrina artificial, oportunista e utilitária, esteticamente nobre e convencionalista; que prega o dever do culto aos antepassados e a piedade filial como fundamento universal da subordinação; que propaga a conservação inquebrantável da magia, especialmente o culto aos antepassados. Sobre a magia, Weber (2001, p.158) afirma que: “[...] tendo em vista que os meios mágicos já comprovados e, finalmente, todas as formas adquiridas de conduta de vida não podiam ser violados, sob pena de atraírem a ira dos espíritos, a crença na magia conduz à inviolabilidade da tradição”. Em resumo, o núcleo de significado do conceito orbita a tradição, o convencionalismo, a su-

bordinação e o tabu. Tais são os tipos de conduta espiritualmente motivados. A grande questão é sua afinidade com o portador desta religião, a elite mandarin, uma camada social com pretensões a cargos públicos, cujo interesse se localiza em elementos como a formação para a carreira, o convencionalismo e a subordinação, acrescidas da tradição. A adaptação do confuciano conduz a uma vida estática, em que o elemento de permanência das condições sociais se sobrepõe ao elemento revolucionário da racionalização econômica ocidental. Trata-se de uma permanência do passado.

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações [...] é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. (GIDDENS, 1991, p.44).

No entanto, a conduta de vida dos mamelucos que se tornaram sertanistas significa uma brutal ruptura à permanência do passado, jamais associada a conservação deste. Isso faz com que o iberismo contenha uma matriz modernizante, pelo menos na parte que cabe à adaptação e plasticidade do português, sobretudo quando reforçamos o cérebro de sua realização: as diversas dimensões da cultura ameríndia. Trata-se de uma brutal inserção no novo, uma adaptação que revoluciona o modo de vida porque incorpora outro modo de vida e não uma adaptação que honra os mesmos rituais e seus simbolismos. É uma adaptação despojada do conservadorismo da tradição, como evoca Giddens (1991). Além disso, os exemplos de adaptação recuperados não nos permitem dizer que aquele espírito de aventura aos poucos se ordena? Não seria possível localizar neles formas de racionalização alternativas à racionalização ocidental trabalhada por Weber na ética da religião reformada? Aqueles esquemas casuísticos e de sistematização utilitária, aqueles esquemas cartográficos de abstração do espaço, não implicam uma disciplina e racionalização? O disciplinamento dos sentidos não implica o trabalho cognitivo de sua ordenação?

Indicando a saída para nossa questão, o grande significado destes exemplos de adaptação está na presença de uma forma de racionalização singularmente aplicada ao caso brasileiro, circunscrita em específico à apropriação de técnicas, conhecimentos e habilidades ameríndias na tarefa da colonização em São

Paulo, com as bandeiras. Neste sentido “[...] a cordialidade lentamente se disciplina e civiliza, sem, contudo, romper radicalmente com suas características iniciais” (WEGNER, 1999, p.254). Ao contrário da China, aqui adaptação significou mobilidade e não imobilidade. Significou domínio racional de técnicas, num tipo de dominação racional do mundo inspirada não religiosamente. Sem esta dimensão, a aventura se perderia em qualquer obstáculo natural. Ainda segundo Wegner, a partir destes exemplos de adaptação racional, recuperados dos relatos de cronistas arrolados por Holanda, a tradição brasileira se “[...] moderniza por dentro, não ocorrendo, como antes, uma absoluta incompatibilidade entre modernização e tradição, e sim uma possível convergência destes com influxos externos de modernização” (WEGNER, 1999, p.254).

No caso de São Paulo, esta tese é razoável. Sobretudo após o surto do café e suas conseqüências modernizadoras, como estímulo ao mercado interno diversificado, acúmulo de capitais e aplicação em forças produtivas da grande indústria, imigração e formação de uma incipiente classe operária, nesta “tradição que se moderniza por dentro” a partir da especificidade histórica por nós esboçada.

Desta forma, e assim finalizamos esta reflexão, a colonização dos interiores somente se consumou através desta racionalização interna de práticas exploratórias, obtidas pela incorporação e adaptação aos conhecimentos, sabedorias e técnicas indígenas. Chega a ser irônico: os ameríndios, ao final, formam uma espécie de centro nervoso da expansão colonizadora para certas porções de nosso interior, expansão que destrói a cada dia os seus modos de vida.

GIGANTE, L. Iberism and plasticity: an adventure disciplinary with adaptative rationalization at the world. *Perspectivas*, São Paulo, v.34, p. 129 - 148, July/Dec. 2008.

■ **ABSTRACT:** *In the book "Raízes do Brasil", Holanda associates the Iberism and the personalism to the plastic adaptation for the local conditions. As a mark of the traditionalism, it represents an obstacle to the Brazilian modernization, and the personal relations represent an obstacle for the rationalization and the impersonality of the institutions. However, mentioning Max Weber, the question of the personalism and the plastic adaptation at the local circumstances is possible to be understood like a factor of the modernization which is inherent to the colonization process and the expansion to the west. Holanda's other book, "Caminhos e fronteiras", shows the countless examples about adaptation, types of specific rationalization applied to the local case. Here, the adaptation meant the rational control of the techniques, a way of world's rational domination inspired not by a religious creed, but by the incorporation and adaptation of the indigenous knowledge, wisdom and techniques, in São Paulo colonization process, with the exploration of the so called "bandeiras".*

■ **KEYWORDS:** *Iberism. Rationalization. Max Weber. Westward expansion. Bandeirantes.*

Referências

BARRETO, L. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Artium, 1998.

COLLIOT-THÉLÈNE, C. *Max Weber e a história*. Tradução de Eduardo Biavati Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Caminhos e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Raízes do Brasil*. 5.ed. ver. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

SOUZA, J. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: _____. (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Ed. da UNB, 1999. p.17-55.

LEVÍ-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Tradução de Tania Pellegrini. Campinas: Papyrus, 1989.

MAUSS, M. As técnicas corporais. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p.401-422.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, J. (Org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Ed. da UNB, 1999. p.173-195.

WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. O caráter geral das religiões asiáticas. In: COHN, G. (Org.). *Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 2001. p.142-151. (Coleção grandes cientistas sociais).

WEGNER, R. Os Estados Unidos e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: SOUZA, J. (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Ed. da UNB, 1999. p.237-256.